



Assembleia Legislativa da RAEM

Interpeção Escrita

Incentivar as empresas do sector do jogo a responsabilizar-se pelo alojamento e pelo transporte dos trabalhadores não residentes (TNR)

Segundo os dados, até ao passado mês de Fevereiro, existiam em Macau 173.358 trabalhadores não residentes, representando um terço da população. Em 2015 e 2017 serão concluídos e inaugurados no Cotai os novos complexos das 6 empresas do sector do jogo, designadamente, o Parisien, a 2.^a fase do Galaxy, o Studio City, o MGM Cotai, o Wynn Palace e o Grand Lisboa. Só este ano já vamos contar com a inauguração dos complexos de duas empresas do sector, e cada um deles vai necessitar de recrutar entre 8 a 10 mil trabalhadores. O sector do retalho está também a enfrentar o problema da escassez de recursos humanos, e segundo o seu pessoal, no futuro será preciso recrutar pelo menos 20 mil trabalhadores, para responder às necessidades. Como a taxa de desemprego em Macau é de apenas 1,7%, prevê-se que a maior parte dos trabalhadores a recrutar seja não residente, e segundo as estimativas de académicos, após a conclusão de todos os novos complexos, em 2017, registar-se-á um acréscimo de 80 mil desses trabalhadores.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tendo em conta o aumento constante da mão de obra não residente, acredita-se que vai ser mais limitado o acesso dos residentes aos recursos existentes, tais como, recursos sociais, transportes públicos e espaços públicos, e vai haver lugar ao aumento das rendas de casa, devido à procura por parte dos trabalhadores não residentes. No ano passado, o Chefe do Executivo afirmou, no seu Programa Eleitoral, que o Governo ia estudar normas para regular as responsabilidades sociais das empresas do jogo, e incentivá-las a responsabilizarem-se pelo alojamento e pelo transporte dos seus trabalhadores não residentes, e até no relatório das LAG deste ano refere que vai tomar conhecimento da situação de alojamento e de transporte dos trabalhadores junto das concessionárias, e dar-lhes sugestões com base na realidade.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quando é que vão ser implementadas as tais medidas para incentivar as empresas do sector do jogo a responsabilizar-se pelos alojamento e transporte dos trabalhadores não residentes?
2. Actualmente, o Governo apenas pode dar sugestões e emitir directrizes às concessionárias, uma vez que não tem sobre elas qualquer poder dominante. Há que assegurar que os problemas relacionados com os recursos sociais, tais como o alojamento e o transporte dos referidos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalhadores, e até a assistência médica e o espaço para diversões e lazer, sejam efectivamente tratados pelas referidas empresas. Que medidas é que o Governo vai tomar para o efeito? Vai aproveitar a renovação das licenças de jogo para exigir, expressamente, às concessionárias, a assunção das respectivas responsabilidades?

3. Se as concessionárias se decidirem a arranjar alojamento em Macau para os seus trabalhadores não residentes, as autoridades vão exigir-lhes que construam residências próprias ou que arrendem fracções habitacionais já existentes? Neste último caso, pode haver lugar à redução da oferta de fracções habitacionais e ao conseqüente aumento das respectivas rendas, e até mesmo a influências sobre os preços da habitação, afectando-se directamente a população.

2 de Abril de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng